

SECA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 166

QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	11497
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	11511
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	11512
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	11523
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	11550
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	11552
EDITAIS E AVISOS.....	11552

Supremo Tribunal Federal

Presidência

ÍNDICE DE ADVOGADOS

DUILIO VICENTINI	1 0004585-1/240
FRANCISCO GOMES DOS SANTOS FILHO	1 0004583-4/240
JOSE PAULO SCHIVARTCHE	1 0004584-2/240
MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA	1 0000365-8/260
RENATO KADLETZ	1 0000364-0/260

DISTRIBUIÇÃO

OCTOGESIMA NONA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1991, PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FETOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

CR 0005893-4/080 DF
JUST.RTG.: TRIBUNAL DA COMARCA DE SCHNEBERG
REDDO : HERMANN DIETER WAGNER
REDDO : MARIA HORTENCIA DE ARAUJO WAGNER
DILIG. : INTIMACAO
REGISTRADO

CR 0005894-2/080 DF
JUST.RTG.: JUIZO DE PRIMEIRA INSTANCIA DE BERGHEIM
REDDO : UWE DIEKMANN
DILIG. : CITACAO
REGISTRADO

CR 0005895-1/080 DF
JUST.RTG.: TRIBUNAL DA COMARCA DE CHARLOTTENBURGO
REDDO : GERALDO D. CARNEIRO
DILIG. : COLETA DE SANGUE
REGISTRADO

CR 0005896-9/080 DF
JUST.RTG.: TRIBUNAL SOCIAL DE BERLIN
REDDO : GEORG PIETZ
DILIG. : INTIMACAO
REGISTRADO

CR 0005897-7/080 DF
JUST.RTG.: JUIZ DE DIREITO DA 21A. VARA DA FAMILIA DE MONTEVIDEO
REDDO : ALVARO GUALDEMAR MORA
DILIG. : CITACAO
REGISTRADO

CR 0005898-5/080 DF
JUST.RTG.: TRIBUNAL DA COMARCA DE BURGUEG
REDDO : MARGIT ADELHEID HUGHES
DILIG. : CITACAO
REGISTRADO

CR 0005899-3/080 DF
JUST.RTG.: TRIBUNAL REGIONAL DE KAGOSHIMA
REDDO : HIDEO OSAKI
DILIG. : CITACAO
REGISTRADO

CR 0005900-1/080 DF
JUST.RTG.: JUIZ DE DIREITO DE ADUANA DA 1A. VARA DE MONTEVIDEO
REDDO : JOSE RAMON DE SOUZA CANTERO
DILIG. : CITACAO
DILIG. : TOMADA DE DEPOIMENTO
REGISTRADO

SE 0004583-4/240 DF
REOTE : PAULO FUNCHS
ADV. : FRANCISCO GOMES DOS SANTOS FILHO E OUTROS
REDDO : WECHSLER ROZA
REGISTRADO

SE 0004584-2/240 DF
REOTE : STELA MARIA FERRAZ ALVIN THOMSON
ADV. : JOSE PAULO SCHIVARTCHE E OUTROS
REDDO : WAYNE HARRY THOMSON
REGISTRADO

SF 0004585-1/240 DF
REOTE : RITA REITHMEYER
ADV. : DUILIO VICENTINI
REDDO : ALFRED REITHMEYER
REGISTRADO

SS 0000364-0/260 SC
REOTE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV. : RENATO KADLETZ
REDDO. : RELATOR DO MS N. 3126 DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPT. : ENIO FRANCISCO BARRETO E OUTROS
REGISTRADO

SS 0000365-8/260 PE
REOTE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL
ADV. : MANOEL LUCIVIO DE LOIOLA E OUTROS
REDDO. : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO
IMPT. : CASA METRELES LTDA E OUTROS
REGISTRADO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	13			13
TOTAL	13			13

NADA MAIS HAVENDO, FUI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHOE POUDEL BARRETO, DIRETORA SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

Brasília, 26 de agosto de 1991

MINISTRO SYDNEY SANCHES
Presidente

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

ADin nº 463-8 - DF

Repte: Governador do Estado da Bahia.
(Advts: Pedro Gordilho e outro) Recda: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.

Despacho:

1. Nesta data, procedo à liberação de peças para a formalização do Acórdão.

2. Publique-se.

Brasília, 21.08.91
Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

*APn 304-9 - DF

Autor: Ministério Público Federal. Acos.: Thomaz Camanho Netto, Tharcisio Giannasi Buck, Francisco Gledson Salatiel de Alencar, Geraldo Tavares Campos e João Paulo de Arruda Filho. (Advts.: Young da Costa Manso e outros, Marcelo Vinicius Gouveia Martins, Claudio Akerib, Roberto Machado Campos, Antonio Carlos de Campos Machado e outros e Helio Vieira Junior).

DESPACHO:

Fls. 1850: Defiro.

Brasília, 19 de agosto de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

*Em consequência, fica aberta vista dos autos ao Dr. Jorge Alberto Vinhaes.

AR 1.214-3 - SP

Exeqta.: Estado de São Paulo (Adv.: Cícero Barata).
Execdos.: Alcor de Campos e outros (Advts.: Vergniaud Elyseu e outro).

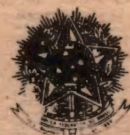
DECISAO: - Sobre a manifestação do Auditor (fls. 673/674), digam as partes.

Int.

Publique-se.

Brasília, 19 de agosto de 1991

Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Chefe de Divisão de Jornais Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Divisão de Jornais Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	R\$ 14.208,00	R\$ 3.278,00	R\$ 13.114,00	R\$ 20.765,00
PORTE:	R\$ 14.256,00	R\$ 7.062,00	R\$ 25.872,00	R\$ 14.256,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 R. 305, 309, 325 ou 328.
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

CR 5.640-1 - República Oriental do Uruguai
Justica Rogante: Tribunal do Contencioso Administrativo da República Oriental do Uruguai. Reqdos.: Lea Zardo, Jandira de Lemos, Jarbas Lima, Selva Mary Delgado de Doll, Blanca Bender Carpena de Menezes, João Pedro da Cunha Escoteguy e Jorge Mendes Ribeiro. Diligência: Inquirição, Localização e Inquirição de Francisco José Vargas. Interessado: Raul Maria Liaro Gonzalez.

DECISAO: - Aguarde-se a devolução do AR (fls. 39). Após o seu recebimento e decorrido o prazo do art. 226, do RI/STF, abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República (art. 226, § 1º, do RI/STF).

Publique-se.

Brasília, 22 de agosto de 1991.

Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

CR nº 5.679-6/080 - Japão

CONCESSÃO DE EXEQUATUR

O Ministro Sydney Sanches, Presidente do Supremo Tribunal Federal, nos termos do que dispõem o artigo 102, I, h, da Constituição, e os artigos 13, IX, e 225, estes do Regimento Interno da mesma Corte, e considerando o parecer favorável da Procuradoria Geral da República:

CONCEDE exequatur à Carta Rogatória nº 5.679-6/080, proveniente do Japão - Justiça Rogante: Tribunal Regional de Naha - Seção de Nago - e dirigida à Justiça da República Federativa do Brasil, para intimação de Mito Uehara.

Brasília, 19 de agosto de 1991

Ministro SYDNEY SANCHES
Presidente

Ing 585-1/140 - RO

Autor: Ministério Público Federal - Indiciado: Antonio Nobel Aires Moura (Advts.: Maria Eugênia de Oliveira e outro).

Despacho: O réu denunciado é Deputado Federal (v. fls. 59). Dispõe, em consequência, da prerrogativa constitucional da imunidade parlamentar. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser processados criminalmente, "sem prévia licença de sua Casa" (CF/88, art. 53, § 1º, in fine). Cuida-se, aí, da imunidade parlamentar em sentido formal ou processual, de que deriva - até que sobrevenha a necessária licença da Casa legislativa competente - a improcessabilidade do congressista.

Sendo assim, solicite-se licença à Câmara dos Deputados, para que o denunciado Antonio Nobel Aires Moura se veja processar perante o Supremo Tribunal Federal, que é o juiz natural dos congressistas nas infrações penais comuns (CF/88, art. 102, I, "b").

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

MANDADO DE INJUNÇÃO
NR. 355-6/400 - DF
DISTRIBUIDO 15/08/91 RELATOR MIN. CELSO DE MELLO

IMPE ESTEFANO PROKOPOVICZ E OUTROS
ADV. INACIO VALERIO DE SOUSA E OUTROS
IMPDO CONGRESSO NACIONAL

DESPACHO:

1. Solicitem-se informações aos Srs. Presidentes das Casas do Congresso Nacional.
2. Verifico que a procuração outorgada por Manuel da Silva Barros (xerox a fls. 32) não está autenticada. Regularizê, o impetrante a sua representação judicial, em cinco (5) dias.

Brasília, 22 de agosto de 1991.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Petição: PG-STF nº 14.554 (AgRg) Ref. Pet. 378-1
Interessado: Wong Sin Tak (Adv.: Barry Vichara).

DECISAO: - Em face da informação de fls. 21, determinei que se desse ciência ao interessado, arquivando-se, em seguida, o expediente.

Inconformado, o interessado interpôs agravo regimental. Em situação assemelhada, já decidiu o Exmº Sr. Ministro Néri da Silveira:

"Contra esse despacho de mero expediente orientando o peticionário nos seus pedidos de cópias

Todavia, observa-se que as violações legais apontadas no recurso de revista, não foram objeto de debate pelo Regional, nem suscitadas através de embargos declaratórios, portanto, não restaram prequestionadas e encontram-se preclusas, motivo pelo qual não podem ser apreciadas, a teor dos Enunciados nºs 184 e 297 da Sumula desta Corte.

Nos termos do § 5º, do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 184 e 297, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 14 de agosto de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI-17056/90.1

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A
Advogado: Dr. Miguel Leonardo Lopes
Agravada: MARIA DE FÁTIMA FERNANDES DA SILVA
Advogado: Dr. Adilson Galvão Verçosa
8ª Região

D E S P A C H O

Inconformado, com a decisão regional que negou provimento ao seu recurso ordinário, mantendo a sentença de primeira instância que julgou a reclamatória parcialmente procedente, recorreu de revista o reclamado, apontando violação aos arts. 461, do CPC, 5º, inciso II, da Constituição Federal e divergência jurisprudencial (fls. 11/13).

Denegado seguimento ao recurso de revista, pelo despacho de fls. 14, agrava de instrumento o reclamado.

Discute-se a condenação ao pagamento de horas extras e, consequentemente, de multa convencional.

O Regional, com base nas provas dos autos, considerou que "com provado o trabalho em jornada extraordinária e não havendo o pagamento correspondente, protege o pedido de horas extras, como também é devida a multa convencional estabelecida na cláusula 44º do acordo coletivo de trabalho, exatamente pela inadimplência do pagamento das horas extras" (fls. 10).

Para se concluir de modo contrário, como pretende o Banco, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado, nesta fase processual, pelo Enunciado nº 126 da Sumula desta Corte. Não há como se aferir, em consequência, divergência jurisprudencial ou violação legal e constitucional.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 20 de agosto de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI-17.127/90.3

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S.A.
Advogada: Dr.ª Maria Aparecida Pestana de Arruda
Agravado: ADEMIR TELES MENEZES
Advogado: Dr. Osmar Floriano
2ª Região

D E S P A C H O

Preliminarmente, o presente apelo está deserto. O agravante não comprovou nos autos o pagamento com as despesas de fotocópias (fls. 41).

Inconformado, com a decisão regional que deu provimento parcial ao seu recurso ordinário, mantendo a sentença de primeira instância no que tange a condenação de horas extras em viagens, inclusive as noturnas, com os consequentes adicionais e reflexos, recorreu de revista o reclamado, com fulcro nas alíneas "a" e "b" do art. 896, da CLT, apontando violação ao art. 61, letra "a", da CLT, e divergência jurisprudencial (fls. 35/38).

Denegado seguimento ao recurso de revista, pelo despacho de fls. 39, agrava de instrumento o reclamado.

Discute-se a condenação ao pagamento de horas extras, inclusive noturnas e adicional noturno correspondentes às viagens e diferenças decorrentes dos reflexos destes.

O Tribunal Regional entendeu "que os elementos de prova embasam a condenação havida" (fls. 34).

Para se chegar a entendimento contrário, como pretende o Banco, necessária seria a reapreciação do conjunto fático-probatório, o que é vedado, nesta fase processual, pelo Enunciado nº 126 da Sumula desta Corte. Impossível, por conseguinte, aferir-se violação legal ou divergência jurisprudencial.

Ademais, observa-se que a única violação legal apontada no recurso de revista não foi objeto de debate pelo Regional, nem suscitada através de embargos declaratórios, portanto não restou prequestionada e encontra-se preclusa, motivo pelo qual não pode ser apreciada, a teor dos Enunciados nºs 184 e 297, do TST.

Por outro lado, embora o Banco apoie seu apelo em conflito jurisprudencial, não colacionou quaisquer divergências que pudessem ensejar o processamento da revista, estando, portanto, também desfundamentada, neste particular.

Nos termos do § 5º, do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 126, 184 e 297, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 1991.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

PROCESSO Nº TST-AI-21663/91.6 - 2ª Região

AGRAVANTE: FICHET S/A

ADVOGADA: DRA. DULCE MARIA DE MORAIS TEIXEIRA

AGRAVADO: LUIZ CARLOS DA SILVA

ADVOGADO: DR. ALINO DA COSTA MONTEIRO

D E S P A C H O

Contra o r. despacho de fls. 24, que denegou seguimento ao seu Recurso de Revista, agrava de instrumento a Empresa, arguindo violação direta e inequívoca do art. 5º, XXXVI, da Carta Magna.

Não merece prosperar o apelo.

O r. despacho denegatório do processamento da revista foi publicado em 13/09/90 (quinta-feira, fls. 25), e o Agravo de Instrumento interposto, em 27/09/90 (fls. 2), apresentando-se, portanto, intempestivo. Ademais, apresenta irregularidade de representação processual, posto que não consta no mandado de procuração, acostado às fls. 11, o nome da subscritora das razões do agravo. Incidência dos Enunciados 164 e 272 da Sumula desta Corte.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Relator

PROCESSO Nº TST-AI-23.822/91.0 - 3ª REGIÃO

AGRAVANTE: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

ADVOGADO: DR. AQUILÉS SILVA DIAS

AGRAVADO: JOSÉ DE ALMEIDA E OUTROS

D E S P A C H O

Junte-se.

Defiro o pedido de vista dos autos pelo prazo de cinco dias, após a devolução dos autos da d. Procuradoria-Geral.

Publique-se.

Brasília, 22 de abril de 1991.

MINISTRO HÉLIO REGATO
Relator

PROCESSO Nº TST-AI-29604/91.1 - 3ª Região

AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCURADORA: DRA. MAGDA MAIMONI

AGRAVADOS: EDUARDO HENRIQUE DE JESUS E OUTROS

ADVOGADO: DR. BRUNO SÉRGIO T. DE MOURA

D E S P A C H O

O Recurso de Revista do Reclamado teve seu seguimento obstado pelo r. despacho de fls. 41, com base no Enunciado nº 297 desta Corte.

Irresignado, agrava de instrumento o IAPAS, alegando violação da coisa julgada, ao fundamento de que o acordo homologado satisfaz as partes, e que, tendo sido devidamente depositado, nada mais resta a pagar.

Correto o despacho agravado quando assere, verbis:

"A pretensão recursal, todavia, esvazia-se na falta de prequestionamento, pois a Egrégia Corte recorrida não enfocou o tema sob o prisma de violação da coisa julgada (Enunciado 297 do TST), bem como na desfundamentação do apelo, já que o Recorrente apenas faz menção a infringência da coisa julgada, sem, contudo, apontar o dispositivo legal pretensamente afrontado" (fl. 41).

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Relator

PROCESSO Nº TST-AI-29634/91.0 - 1ª Região

AGRAVANTE: APOIO - TURISMO, GERÊNCIA E COMÉRCIO LTDA

ADVOGADO: DR. MOADELY ROBERTO DOS S. MOREIRA

AGRAVADO: SÉRGIO RICARDO MOTTA

D E S P A C H O

O Recurso de Revista do interessado teve seu seguimento obstado pelo r. despacho de fl. 37, sob o fundamento de que fora interposto "somente no 2º (segundo) dia após a publicação da decisão de declaração, intempestivamente, portanto".

Agrava de instrumento a reclamada (fls. 2/5), insistindo em que foram opostos novos Embargos de Declaração e estes acolhidos, "o que restou demonstrada a integral razão da Agravante", argumentando, ainda, que o período de suspensão do prazo recursal deveria começar a ser computado somente a partir da data da proposição dos últimos Embargos, vez que estes foram opostos para retificar o julgado contraditório (fl. 4).

Verifica-se, efetivamente, que o 1º Embargo de Declaração fora oposto em 06.10.89 e a publicação do seu Acórdão em 26.07.90, sendo utilizados 4 (quatro) dias do prazo recursal; o segundo e último, no dia 30.07.90 e a publicação do respectivo Acórdão, em 12.07.90, restou, tão-somente, 01 (um) dia de prazo para a interposição do Recurso de Revista. Entretanto, a Empresa só o fez no 2º dia após a publicação da decisão referida, conforme confessa a própria Agravante às fls. 5, quando diz que a Revista fora protocolada em 14.09.90. Intempestivo, portanto, o apelo.

Não merece reparo o r. despacho denegatório.

Nego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 21 de agosto de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Relator

PROCESSO Nº TST-AI-29694/91.9 - 1ª Região
AGRAVANTE : COMPANHIA ELETROMECÂNICA CELMA
ADVOGADO : DR. ISMAR BRITO ALENCAR
AGRAVADOS : JORGE MARCIANO CAMPOS SERRA E OUTROS
ADVOGADO : DR. ALINO DA COSTA MONTEIRO
D E S P A C H O

Contra o r. despacho que denegou seguimento ao seu Recurso de Revista, porque não demonstrada ofensa à literalidade do preceito legal, bem como a nulidade por insuficiência de prestação jurisdicional, agrava de instrumento a reclamada insistindo, preliminarmente, na nulidade do v. Acórdão Regional, por violação das regras do art. 832 da CLT, além dos arts. 535, I e II; 515, § 1º; 458, I e III, todos do CPC, aplicados subsidiariamente (art. 769 da CLT). No mérito, alega que restou caracterizado o dissenso jurisprudencial, inclusive divergência com a exceção feita pelo Enunciado 164 da Sumula. Aduz, ainda, violação literal do disposto no art. 13 do CPC. Finalmente, argumenta ser cabível a Revista conforme dispõem as alíneas do art. 896 da CLT.

Em que pese a argumentação a reclamada, o apelo não merece prosperar face à ausência do traslado do v. Acórdão Regional, peça essencial à compreensão da controvérsia, conforme preve o Enunciado do 272 da Sumula.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 23 de agosto de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Relator

PROCESSO Nº TST-RR-30927/91.1 - 5ª Região

RECORRENTE : LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL - HOSPI - TAL MARTAGÃO GESTEIRA
ADVOGADO : DR. JUAREZ WANDERLEY
RECORRIDA : GILDA PEREIRA SANTOS
ADVOGADO : DR. OSIEL ALVES TEIXEIRA GUIMARÃES

D E S P A C H O

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região negou provimento ao Recurso Ordinário da Reclamada, trazendo o v. Acórdão prolatado a seguinte ementa, verbis:

"Salário Mínimo Profissional - Com o advento da Lei 7.394/85, o salário profissional dos radiologistas passou a ser equivalente a 4 (quatro) salários mínimos regionais" (fl. 103).

Irresignada, recorre de Revista a Reclamada, com fulcro nas alíneas "a" e "c" do art. 896, da CLT. Diz violados as Leis nºs 1.060/50 e 5.584/70 e Enunciados 11 e 219 da Sumula, quanto a condenação no pagamento de honorários advocatícios, bem como a Lei nº 7.394/85, quanto ao valor do salário profissional reconhecido. Traz arestos a colação.

O recurso, no entanto, não merece ter seguimento, por deserto. Isto, porque quando da interposição do apelo já se encontrava em vigor a Lei nº 8.177/91, que, em seu art. 40, estabeleceu novos limites para o depósito recursal na esfera trabalhista. A complementação de fl. 110 não atende à exigência legal.

Denego seguimento.

Publique-se.

Brasília, 22 de agosto de 1991.

MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Relator

RETIFICAÇÃO

Na Ata da Segunda Sessão Ordinária da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, publicada no D.J. de 26/08/91, página 11446.

ONDE SE LÊ:

Foi lida e aprovada a Ata da Primeira Sessão Ordinária realizada no dia três de maio do ano de mil novecentos e noventa e um.

LEIA-SE:

Foi lida e aprovada a Ata da Primeira Sessão Ordinária realizada aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e um.

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.493, DE 22 DE AGOSTO DE 1991

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 19/GAB.ST, de 15 AGO 91, resolve

DESIGNAR, a partir de 15 AGO 91, o Agente de Segurança Judiciária, classe "A", referência NI-24, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal Militar, MARCELO HENRIQUE PINHEIRO DAS NEVES HENRIQUE, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de Alvacay de Sá Gouveia, o encargo de Auxiliar de Gabinete de Ministro II, previsto no Ato nº 7.990/87, junto ao Gabinete do Ministro Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

ATO Nº 9.495, DE 26 DE AGOSTO DE 1991

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e nos termos do Ato nº 8.117, de 09 FEV 88, publicado no Diário da Justiça de 12 subsequente, resolve

PROVER a vaga existente na lotação do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, com o Auxiliar Judiciário, código STM-AJ-023, classe Especial, referência NI-35, FERNANDO JORGE SOUZA MENDES DE MATOS, habilitado em processo seletivo para Ascensão Funcional, no cargo da classe "A", referência NS-10, da Categoria Funcional de Técnico Judiciário, código STM-AJ-021, com designação para ter exercício na 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

APELAÇÃO

46.294-5 - RJ - Rel.Min.Dr.EDUARDO PIRES GONÇALVES. Rev.Min.Gen.Ex JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Apte.:SILVIO SOARES SILVA civil; condenado a 2 anos de reclusão, incurso no art. 251 do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 2 anos. Apda.: A Sentença do Cqn selho Permanente de Justiça da 2ª Aud.Mar da 1ª CJM, de 13/11/90. Adv.Dra. Eliane Ottoni de Luna Freire.

DECISÃO: A UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida.(Sessão de 28/06/91).

EMENTA:ESTELIONATO (Art. 251, do C.P.M.). Alegação de estado de necessidade como causa excludente de culpabilidade que não se reconhece, eis que não demonstrada a inexigibilidade de conduta diversa. Autoria, materialidade e tipicidade amplamente comprovadas, restando incontestado que o silêncio mantido pelo acusado, quanto ao falecimento de sua mãe - legítima beneficiária da pensão militar - não o participando à PIPM, providência que lhe cabia por ser procurador da mesma, constituiu-se no núcleo do tipo da conduta incriminada, já que manteve em erro a administração militar, com tal omissão, e obteve vantagem ilícita com o recebimento da citada pensão. Apelo improvido. Decisão unânime.

46.298-8 - RJ - Rel.Min.Gen.Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Rev.Min.Dr. PAULO CÉSAR CATALDO. Apte.: MÁRIO TAVARES PIMENTEL, 2º Sgt.Aer, condenado a 08 meses de detenção, incurso, por desclassificação, no Art.175, parágrafo único, c/c o Art 209, ambos do CPM, com o benefício do "sursis", pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do CRJ da 1ª Aud. Aer da 1ª CJM, de 25/10/90. Advas.Dras. Marilena da Silva Bittencourt e Janete Zdanowski Ricci.

DECISÃO: A UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, reduzindo a pena imposta ao recorrente a 03 meses de prisão, mantido o benefício do sursis. (Sessão de 25.06.91).

EMENTA: (LESÃO CORPORAL LEVE - REFORMA DE SENTENÇA) I - Conselho Julgador que não se houve dentro da melhor forma processual, ao apelar acusado pela incursão no Art 175 parágrafo único do CPM, sem que houvesse a competente manifestação do MP e a existência do contraditório. II - Incursão do réu no Art 209 do CPM, que define o crime de lesão culposa, este sim, constante da denúncia e das alegações escritas do MP. III - Quantum apenatório modificado, em consonância com a reforma da Sentença. IV - POR UNANIMIDADE, rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa e, NO MÉRITO, dado provimento parcial ao apelo para, reformando a Sentença a quo, reduzir a pena imposta ao recorrente a 03 (três) meses de detenção, transformada em prisão, ex vi do Art 59 do CPM, pela infringência ao Art 209 do mesmo Código, mantido o benefício do "sursis".

46.302-0 - RJ - Rel.Min.Ten.Brig. do Ar GEORGE BELHAM DA MOTTA.Rev Min.Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Apte.: CARLOS ALBERTO SOARES MARQUISIO, Sd.FN condenado a 01 ano de prisão, incurso no art.206, do CPM, com o benefício do "sursis", pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do CRJ da 2ª Aud.Mar da 1ª CJM, de 14/12/90. Adv. Dr. Valdemir Domingos dos Santos.

DECISÃO: A UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida.(Sessão de 23/05/91).

EMENTA: HOMICÍDIO CULPOSO - Disparo de arma de fogo. Réu confesso. Negligência e imprudência com que se houve o Apelante ao manusear a arma, plenamente, comprovadas. Denegado o recurso da Defesa; sendo mantida a Sentença recorrida. Decisão unânime.

46.308-0 - AM - Rel.Min.Ten.Brig do Ar CHERUBIM ROSA FILHO. Rev.Min Dr. PAULO CÉSAR CATALDO. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 12ª CJM e o Sd.Ex. ADEMAR BARROS CARDOSO, condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 198, inciso I, c/c o art. 189, inciso I, "in fine", tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CRJ da Aud. da 12ª CJM, de 04.12.90. Adv. Dr. João Thomas Luchsinger.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal preliminarmente, anulou o processo, ab initio, e concedeu HC de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento do feito.(Sessão de 28.05.91).

EMENTA: DESERÇÃO NO EXÉRCITO. JULGAMENTOS REALIZADOS PELOS CONSELHOS PERMANENTES DE JUSTIÇA POR FORÇA DE MEDIDAS PROVISÓRIAS NÃO CONVERTIDAS EM LEI. INCOMPETÊNCIA. Os julgamentos de crimes de deserção de praças do Exército, realizados pelos Conselhos Permanentes de Justiça com base em medidas provisórias não convertidas em lei, tornam-se inválidos e ineficazes, por falta de suporte jurídico, caracterizando a incompetência do colegiado julgador. PRELIMINARMENTE, o Tribunal anulou o processo, "ab initio", com fulcro no art.500, inciso III, alínea "i" e inciso IV, do CPPM, concedendo "HC", de ofício, para

trancar a instrução provisória, determinando o aquivamento do feito.

46.309-7 - RJ - Rel.Min.Gen.Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Rev.Min.Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Apte.: WILSON JOSÉ DOS SANTOS, Cap.Ex., condenado a 01 (um) ano de detenção, incurso no Art.205, c/c o Art. 206, ambos do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 (dois) anos. Apda.: A Sentença do CEJ da 3ª Aud.Ex. da 1ª CJM, de 06 de novembro de 1990. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento ao apelo para absolver o recorrente. (Sessão de 20.06.91).

EMENTA: (HOMICÍDIO CULPOSO - VÍTIMA DE ATROPELAMENTO AUTOMOBILÍSTICO - AUSÊNCIA DE CULPA). I - Militar que, inadvertidamente, tenta atravessar estrada, saindo abruptamente da frente de veículo estacionado, vindo sofrer atropelamento que resultou em sua morte II - A imprevisibilidade do momento em que alguém, inesperadamente, venha a cruzar a frente do veículo em movimento, transfere a culpabilidade para a esfera do caso fortuito. III - A imprevisibilidade exclui a culpa "stricto sensu". IV - POR MAIORIA, foi dado provimento ao apelo para absolver o recorrente, com fulcro no art 439, alínea "c", do CPPM.

46.315-1 - AM - Rel.Min.Gen.Ex. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS. Rev.Min.Dr. ALDO FAGUNDES. Apte.: ILZE MARIA GONÇALVES DA COSTA, civil, condenada a 01 ano de reclusão, incurso no art. 309 e LAURO TEIXEIRA JUNIOR, civil, condenado a 01 ano de reclusão, incurso no art 309, c/c o art 53, tudo do CPM, ambos com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do CRJ da Aud. da 12ª CJM, de 12.12.90. Adv. Dr. Domingos Jorge Chaloub.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 21.05.91).

EMENTA: CORRUPÇÃO ATIVA. Autoria e materialidade sobejamente comprovadas nos autos. Apelo defensivo, à unanimidade, não provido, mantendo-se, em consequência, a Sentença recorrida.

46.326-7 - RS - Rel.Min.Dr. PAULO CÉSAR CATALDO. Rev.Min.Ten.Brig do Ar CHERUBIM ROSA FILHO. Apte.: O MPM junto à 2ª Aud. da 3ª CJM. Apda.: A Sentença do CRJ da 2ª Aud. da 3ª CJM, de 23.01.91, que ABSOLVEU o Sd. JOÃO BATISTA MOREIRA ROMAN, do crime previsto nos arts.206, § 2º e 262, c/c o artigo 266, todos do CPM. Adv. Dr. MARCELO MARTINELLI. DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 13.06.91).

EMENTA: HOMICÍDIO E LESÕES CORPORAIS (modalidade culposa). REALIZAÇÃO DE EXERCÍCIO EM COMBOIO - ULTRAPASSAGEM DE PONTE E QUEDA DE VIA TURA BLINDADA "URUTU" - IMPREVISIBILIDADE. O rompimento das muretas de contenção pelo simples aproximar dos pneus confirma a constatação pericial de resistência "quase nula". Prévia inspeção da ponte, in loco, determinada pelo Comando a exonerar de responsabilidade o condutor da viatura. Testemunhas unânimes do agir cauteloso do motorista, inclusive quanto à pouca velocidade, a desautorizar reforma da decisão absolutória. Imprevisibilidade reconhecida. Apelo ministerial improvido. Decisão unânime.

46.328-3 - RJ - Rel.Min.Dr. ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Rev.Min.Gen.Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Apte.: EDUARDO DA SILVA, civil, condenado a 01 ano e 02 meses de detenção, incurso no art 206, § 2º do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos e o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CRJ da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 24.01.91. Adv. Dr. Hildebrando Baptista da Costa.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida e a concessão do "sursis", nas condições previstas no Acórdão, deferindo ao Juiz-Auditor a realização da audiência admonitória. (Sessão de 13.06.90).

EMENTA: HOMICÍDIO CULPOSO. MULTIPLICIDADE DE VÍTIMAS. Impossibilidade de compensação de culpa no direito penal. Imprudência comprovada. Alegação a que se nega provimento.

46.338-0 - RJ - Rel.Min.Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Rev.Min. Alte. Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Apte.: LUIS CLAUDIO DE SOUZA, Sd Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art.180, § 1º do CPM. Apda.: A Sentença do CRJ da 2ª Aud.Ex. da 1ª CJM, de 31.01.91. Adv. Dr. Lucia Maria Lobo.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a Sentença recorrida. (Sessão de 25.06.91).

EMENTA: EVASÃO DE PRESO MEDIANTE ARROMBAMENTO DE PRISÃO MILITAR (Art 180, § 1º, do CPM). Alegação de que é justificável o comportamento posto que a ação foi praticada sob fortes ameaças, argumentando-se, ainda, que a conduta imputada é atípica por não ter sido o apelante o autor material do arrombamento da prisão. O recorrente teve oportunidade de se livrar das supostas ameaças, desde que desse conhecimento do fato a seus superiores. Contudo, preferiu a evasão. Por outro lado, embora não tenha atuado consoante o núcleo do tipo penal (arrombamento da prisão militar), certo é, e está comprovado nos autos, que o apelante concorreu, isto é, contribuiu, cooperou para a prática do ilícito, dificultando a ação da vigilância carcerária, ao abafar o barulho produzido pela escavação. Apelo improvido. Decisão unânime.

46.340-4 - AM - Rel.Min.Alte.Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Rev.Min.Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Apte.: O MPM junto à Aud. da 12ª CJM. Apda.: A Sentença do CJ do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada de 06.03.91, que absolveu o Sd.Ex. PAULO CÉSAR DE MENEZES GONÇALVES do crime previsto no Art. 183 do CPM. Adv. Dr. João Thomas Luchinger.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal acolheu a preliminar, de ofício, suscitada pelo RELATOR, para anular o feito ab initio, e concedeu HC, de ofício, para trancar a instrução provisória. (Sessão de 21.06.91).

EMENTA: CRIME DE INSUBMISSÃO cometido por conscrito designado à incorporação no Exército. Denúncia oferecida a Presidente de Conselho de Justiça de Tropa e recebida por Juiz-Auditor. Impossibilidade. Afronta ao disposto no Art. 500, inciso I, do CPPM. Nulidade do feito. Pena cumprida. Em decisão majoritária, ex officio, anulou-se o feito e concedeu-se Habeas Corpus, trancando-se a instrução provisória.

46.344-7 - MS - Rel.Min.Alte.Esq. LUIZ LEAL FERREIRA. Rev.Min.Dr. EDUARDO PIRES GONÇALVES. Apte.: CARLOS ALBERTO BANDEIRA, Sd.Ex., condenado a "08 meses e 22 dias de detenção, como incurso na sanção penal do art. 187 do CPM, tendo fixado a pena-base de 10 meses e diminuído a mesma de 03 meses e 10 dias, de acordo com a atenuante do art. 72, inciso I, do CPM, e aumentado a mesma de 03 meses e 10 dias por ser OM estacionada em fronteira, art.189, I, e determinando que seja computado o tempo de prisão preventiva, de acordo com o art.67 do CPM e que se transforme em pena de prisão a detenção que lhe foi imposta, na forma do art. 59 do mesmo diploma legal". Apda.: A Sentença do CJ do 11º Regimento de Cavalaria Mecanizado, de 25 de março de 1991. Adv. Dr. Jorge Antonio Siufi.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo da Defesa, reduzindo a pena a 08 meses de prisão, desclassificando, porém, o enquadramento para o art. 188, inciso I, c/c o art 189 inciso II do C.P.M. (Sessão de 28.05.91).

EMENTA: DESERÇÃO. Delito configurado. Tipo penal insito no art.188, inciso I, CPM. Preliminares de nulidade do feito, sob alegação de inexistência de defesa exercida via profissional, legalmente habilitado e de que foram postergadas as funções do MPM durante o transcurso do processo, rejeitadas, por unanimidade. Observância do art. 457 e seguintes do CPPM. Provimento parcial ao apelo da Defesa, para reduzir a pena imposta ao Apelante. Decisão unânime.

46.352-8 - RJ - Rel.Min.Ten.Brig do Ar CHERUBIM ROSA FILHO. Rev.Min.Dr. PAULO CÉSAR CATALDO. Apte.: WESLEY FERREIRA CAETANO, Sd Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art.189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 21º Grupo de Artilharia de Campanha, de 17.03.91. Adv. Dr. Mariza Pereira do Couto.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento ao apelo da Defesa, absolvendo o recorrente com base no art. 439, alínea "b" do CPPM, expedindo-se o competente alvará de soltura. (Sessão de 11.06.91).

EMENTA: DESERÇÃO, MILITAR DISPENSADO POR SEU COMANDANTE DE SUBUNIDADE DE AUSÊNCIA QUE NÃO SE CONSTITUIU EM INFRAÇÃO PENAL. REJEIÇÃO DE PRELIMINARES. ABSOLVIÇÃO. Restando comprovado que o militar encontrava-se dispensado por seu comandante de subunidade, em virtude de ter alegado problemas de saúde, fato posteriormente confirmado por militares especialmente designados para esse fim, caracterizado ficou que não se trata de ausência injustificada ao quartel, como exige a lei, para a tipificação do delito de deserção. Assim sendo, o réu há de ser absolvido, por "não constituir o fato infração penal". POR MAIORIA DE VOTOS, o Tribunal rejeitou as preliminares suscitadas e, no mérito, POR UNANIMIDADE, deu provimento ao apelo para absolver o Apelante, com fulcro no art. 439, alínea "b", do CPPM.

46.361-7 - PA - Rel.Min.Ten.Brig do Ar CHERUBIM ROSA FILHO. Rev.Min.Dr. ANTÔNIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Apte.: HELDER LUCENA DA SILVEIRA LIMA, Cb.Mar., condenado a 04 meses de prisão, incurso nos arts 188, inciso I e 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CRJ da Aud. da 8ª CJM, de 17.04.91. Adv. Dr. Suely Pereira Ferreira.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal manteve a decisão recorrida. (Sessão de 27.06.91).

EMENTA: DESERÇÃO NA MARINHA. PRELIMINAR DE NULIDADE. REJEIÇÃO: MANUTENÇÃO DA SENTENÇA "A QUO". 1. Não merece acolhida preliminar de nulidade processual, sob a alegação de inobservância de formalidade essencial ocorrida durante a instrução do processo, haja vista que se alguma irregularidade tivesse existido, a oportunidade para sua alegação seria na fase de alegações escritas, de acordo com o art.504 alínea "a", do CPPM, o que não é o caso dos autos. 2. Tratando-se de réu maior, graduado, classificado no comportamento "MAU" e que se apresentou dois dias após a consumação do crime, a pena de 04 meses de prisão, imposta ao Apelante, está dentro dos parâmetros utilizados por este Tribunal. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa e, no mérito, negado provimento ao apelo para manter a Sentença recorrida.

46.362-3 - AM - Rel.Min. Alte. Esq. LUIZ LEAL FERREIRA. Rev. Min.Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA. Apte.: FRANCISCO NERISVAN VIEIRA NOBRE, MN condenado a 01 ano e 03 meses de prisão, incurso nos arts. 268, § 2º, e 298, c/c o art. 79 do CPM. Apda.: A Sentença do CRJ da Aud. da 12ª CJM, de 10.04.91. Adv. Dr. Benedito de Jesus Pereira Tavares.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento ao apelo da Defesa, absolvendo o recorrente do crime previsto no art.298 do CPM, com base no art. 439, alínea "b", do CPPM, e do delito previsto no art. 268, § 2º, do CPM, com fulcro no art.439, letra "c", do CPPM. (Sessão de 25.06.91).

EMENTA: DESACATO A SUPERIOR. INCÊNDIO CULPOSO. O delito do art. 298 do CPM requer dolo específico, pois o desacato pressupõe a consciência perfeita e livre, com a intenção de ofender o superior, diminuindo-lhe a dignidade. Contudo, o estado de embriaguez despoja o agente da plena integridade de suas faculdades psíquicas, em consequência, tolhe essa consciência. E, assim sendo, impõe-se a absolvição, com base no art.439, alínea "b", do CPPM. Na falta de prova plena e eficaz de ter o Apelante dado causa ao incêndio previsto no art.268, § 2º, do CPM, quando acentuada a ausência do seu atuar e de sua responsabilidade pessoal, deve prevalecer a presunção de inocência em favor do Réu, absolvendo-o com fulcro no art. 439, alínea "c", da citada norma processual. Decisão por maioria.

EMBARGOS

45.961-3 - RJ - Rel.Min.Alte.Esq. LUIZ LEAL FERREIRA. Rev.Min.Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Embte.: JOÃO INACIO XAVIER, Cb.Mar. Embgdo.: O Acórdão do STM, de 20.11.90. Adv. Dr. Carlos Henrique Reis niger Ferreira.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento aos Embargos para reformando o Acórdão hostilizado, absolver o acusado com base no art. 439, alínea "e", do CPPM. (Sessão de 06.06.91).

EMENTA: Inexistência de prova para condenação. Impossibilitando o Juízo a quo a contrariedade da prova, impediu fossem exercidos todos os meios de expedientes de defesa, necessários à descoberta da verdade, infringindo-se, via de consequência, a norma insita no art 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Reforma do v. Acórdão hostilizado, para absolver o Acusado Decisão, por maioria.

46.081-4 - DF - Rel.Min.Gen.Ex. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS. Rev.Min. Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Embgto.: MECHIOLOS DOS SANTOS, Sub oficial da Marinha. Embgdo.: O Acórdão do STM, de 26.09.90. Adv. Dr Américo José da Cruz.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal rejeitou os Embargos opostos pela defesa, mantendo o Acórdão embargado, determinando a remessa à OAB de cópia da petição de fls. 1952/59 e do Acórdão, para as providências cabíveis. (Sessão de 11.06.91).
EMENTA: PREVARICAÇÃO. Materialidade comprovada e autoria confessada. Argumentos da Defesa incapazes de promover a reforma do decisum em bargado, que, sobre justo, restou irretocável. Embargos da Defesa, por maioria, rejeitados, mantendo-se, em consequência, o Aresto atacadado.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

45.898-0 - RJ - Rel.Min. Gen.Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA. Rev.Min. Dr. PAULO CÉSAR CATALDO. Embgto.: GILSON FERREIRA ROCHA, 2º Ten.FN. Embgdo.: O Acórdão do STM de 27.02.91. Advª Drª Carmem Lúcia Andrade de Montesinos.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou os Embargos por falta de amparo legal. (Sessão de 21.06.91).

EMENTA: (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) - I - Destina-se a esclarecer ambigüidades, obscuridades, contradições ou omissões da decisão. II - Impossível sua utilização para modificação da decisão. III - Acórdão hostilizado que apreciou, em toda a extensão, os recursos apresentados pelo MP e pela Defesa, manifestando claramente sua concordância com a sentença lavrada pelo Conselho Especial de Justiça. IV - POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou os Embargos, por falta de amparo legal.

HABEAS CORPUS

32.747-9 - RS - Rel.Min.Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Pactes. GETÚLIO PEREIRA RIBEIRO, JOÃO DE OLIVEIRA, DARCI RODRIGUES, BERILDO DA SILVA, CLOVIS ALDROVANDI, LUIZ DOS SANTOS PEREIRA e LEOPOLDO KAIM, civis, alegando estarem sofrendo constrangimento ilegal, os cinco primeiros por parte do CMT do 3º GAC e os dois últimos por parte do CMT do 19º GAC, pedem a concessão da ordem para que sejam anulados os respectivos Termos de Deserção e Insubmissão, bem como o trancamento das ações penais. Impte.: Drª Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal concedeu a ordem em favor do insubmisso GETÚLIO PEREIRA RIBEIRO, para anular o Termo de Insubmissão contra o mesmo lavrado, e em favor dos desertores JOÃO DE OLIVEIRA, LEOPOLDO KAIM, DARCI RODRIGUES, BERILDO DA SILVA, CLOVIS ALDROVANDI e LUIZ DOS SANTOS PEREIRA, para anular os respectivos Termos de Deserção lavrados contra os mesmos, determinando o trancamento das instruções provisórias. (Sessão de 28.06.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. INSUBMISSÃO e DESERÇÃO. PRESCRIÇÃO. No crime de Insubmissão o lapso prescricional tem seu "dies a quo" na data em que o insubmisso atinge a idade de trinta anos. No delito de deserção, apesar de decorrido o prazo prescricional, só se extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, sendo praça e se Oficial, a de sessenta. Ordem concedida. Para fins do art. 145 RI/STM.

32.749-5 - RS - Rel. Min.Alte.Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Pacte.

CARLOS RONALDO DA SILVA FAGUNDES, Sd.Ex, preso, cumprindo pena imposta pelo CJ do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, pede a concessão da Ordem para que seja anulada a ação penal, sem renovação, com a consequente soltura imediata. Impte.: Drª Benedita Marina da Silva.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal denegou a ordem. (Sessão de 20.06.91).

EMENTA: HABEAS CORPUS. Conselho de Justiça de Unidade. Alegação de falta de jurisdição. Informações da autoridade apontada como coatora de mostrando haverem os juizes sido formalmente investidos. Ordem denegada, por falta de amparo legal, em decisão uniforme.

PETIÇÃO

427-7 - SP - Rel.Min.Dr. ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES. Peticionário. CILÇO LUIZ RUPINO DA SILVA, 3º Sgt.RR CB/RJ, requer sua transferência da prisão comum do Hipódromo, na capital de São Paulo, para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu a Petição, encaminhando os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (Sessão de 28.06.91).

EMENTA: PETIÇÃO. INCOMPETÊNCIA da Justiça Militar. Requerente condenado em primeira instância pela Justiça comum do Estado de São Paulo, a quem compete apreciar o pedido formulado. Pedido não conhecido.

RECURSO CRIMINAL

5.991-7 - RJ - Rel.Min.Alte.Esq. RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO. Recte.: O Exmº Sr. Juiz-Auditor da 1ª Aud.Ex.da 1ª CJM, de Ofício. Recda.: A Decisão do CRJ da 1ª Aud.Ex. da 1ª CJM, de 07.03.91, na parte em que reconheceu a existência de coisa julgada, determinando, em consequência, o arquivamento da peça acusatória, referente aos civis GILMAR COUTO GUIMARÃES e HILTON SOARES AMARAL. Advª. Drª. Eleonora Salles de Campos Borges.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu e negou provimento ao recurso, de ofício mantendo a decisão hostilizada. (Sessão de 20.06.91).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. Exceção de coisa julgada. Réus condenados pela Justiça Comum por vários crimes em concurso, dentre estes o roubo de uma pistola Colt 45 mm, que se achava cautelada a Oficial. Ação Penal em curso na JM, objetivando a condenação pelo roubo da aludida arma. Prestação jurisdicional exaurida ante a res judicata. Irrelevância, in casu, da transposição competencial. Conhecimento e improvimento do recurso. Decisão unânime.

5.994-1 - RS - Rel. Min. Alte. Esq. LUIZ LEAL FERREIRA. Recte.: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 3ª. Aud. da 3ª CJM. Recda.: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da 3ª. Aud. da 3ª CJM, de 02.05.91, que declarando a Justiça Militar incompetente para processar e julgar o civil LEONÇO OZILEI SILVEIRA DA SILVA, rejeitou a Denúncia oferecida contra o mesmo, como incurso nos arts. 210 "caput" e 262, c/c os arts 266 e 79, todos do CPM.

DECISÃO: À UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento parcial ao recurso do MPM em relação ao civil LEONÇO OZILEI SILVEIRA DA SILVA como incurso no art. 262 c/c o art 266, e ainda, no art. 210, caput, do CPM, sendo este último somente quanto ao Sd Ex. MILTON SARAIVA FELIX e negou provimento ao recurso, na parte que atribui ao denunciado as lesões causadas no civil OZI MADRI DOS SANTOS, por incompetência da JM, devendo o Juiz-Auditor providenciar a extração de peças do processo e remetê-las à Justiça Comum. (Sessão de 27.06.91).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MULTIPLICIDADE DE VÍTIMAS - MILITAR E CIVIL. Denunciado civil. Competência. Justiça Cas trense e Comum. Tarefa executada por integrantes de viatura do Exército, participantes de exercício conjunto entre o PELOPES da OM e elementos da 2ª Companhia da Polícia Militar, caracteriza "natureza essencialmente militar". Por tratar-se de operações ligadas à Segurança Interna, que se amoldam àquelas destinações específicas das Forças Armadas (Constituição Federal art. 142). "RECONHECIMENTO DE TERRENO" compreende uma das fases de execução dos exercícios realizados pelo PELOPES (Portaria nº 030-EME, de 1986). Participação de outra Força, in casu, 2ª Companhia da Polícia Militar, implica outra etapa da Operação de Defesa Interna (ANEXO "C" - Portaria nº 074-EME, de 28.08.89). Provimento parcial do Recurso no tocante à conduta imputada a civil quanto aos crimes dos arts. 262 c/c o 266 e do 210 "caput", todos do CPM, sendo a vítima militar (art. 9º, inciso III, alínea "d", do CPM). Contudo, cabe à Justiça Comum a apreciação do comportamento culposos atribuído ao denunciado pelas lesões corporais causadas em civil. Decisão unânime.

Brasília, 21 de agosto de 1991. DENISE GALARDO A. DUTRA, Supervisora II; SIRLENE GOMES DE OLIVEIRA, Supervisora III; VISTO: LUIZ MALTA COELHO, Diretor da DIJUR.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 410, DE 26 DE AGOSTO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Dispensar a Doutora EDYLCÉA TAVARES NOGUEIRA DE PAULA da atuação perante o Pleno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, bem como das funções de representante do Ministério Público Federal no acompanhamento das audiências ordinárias de distribuição de processos junto àquela Corte, em virtude de sua promoção ao cargo de Subprocuradora-Geral da República.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Editais e Avisos

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

AVISO DE 23 DE AGOSTO DE 1991

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, comunicamos aos Ilustríssimos Senhores Advogados, Partes e demais interessados, que:

1º) Serão suspensas as Sessões Ordinárias das Turmas e Seções Especializadas durante a primeira semana do mês de setembro do corrente ano;

2º) Durante essa semana, serão realizadas Sessões Extraordinárias das Seções Especializadas, com início às 9:00 (nove horas) e término às 18:30 (dezoito e trinta horas) na sala de Sessões, do 3º andar do Anexo I, para julgamento dos processos que se encontram suspensos em virtude de pedido de vista regimental ou em mesa, bem como aqueles que foram convertidos em diligência, ficando reservados para julgamento de processos da Seção Especializada em Dissídios Individuais os dias 2 e 4, segunda e quarta-feira, respectivamente, e, para os processos da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, os dias 3 e 5, terça e quinta-feira, respectivamente.

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal